



EM TORNO DA FORTALEZA SÃO JOSE DA PONTA GROSSA

(Título original do Artigo na Revista Militar Brasileira jul- dez 1977.p.23-47)

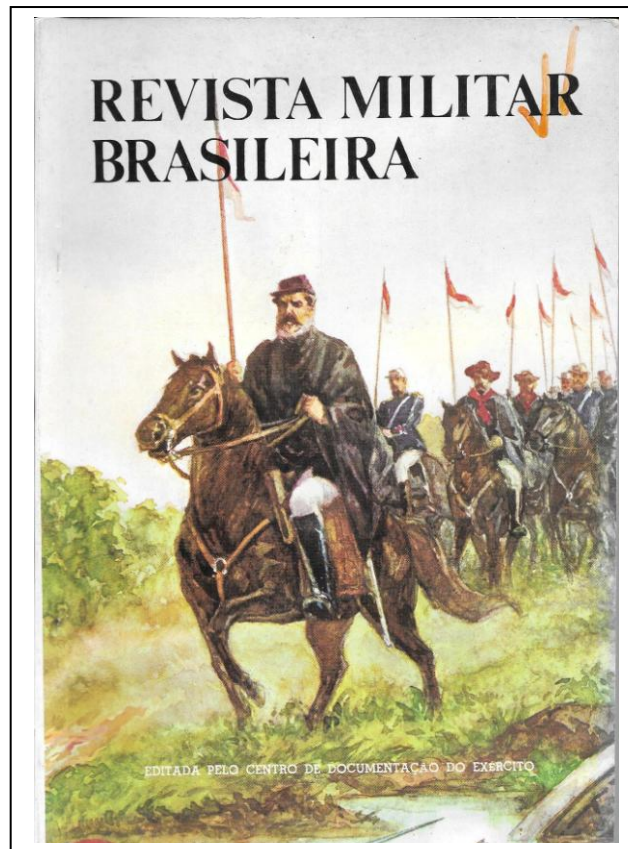
ABORDA AS FORTIFICAÇÕES DA ILHA DE SANTA CATARINA –O SEU SISTEMA DEFENSIVO INICIAL, A SITUAÇÃO MILITAR DA ILHA EM 1777 ,A INVASÃO , CONQUISTA E DOMINAÇÃO ESPANHOLA DA ILHA,EM 1777, A RESTAURAÇÃO DO DOMINIO PORTUGUES DA ILHA E A DEVASSA PELA PERDA DA ILHA E,A ANISTIA



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB),do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de História e Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado- Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo ,Rio de Janeiro e Sorocaba. Foi o 3º vice presidente do IEV no seu 13º Encontro do IEV em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras.É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academis Resende e Itatiaense de História,sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. É sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e colaborador de sua Revista.

Digitalização de Artigo na Revista Militar Brasileira jul/dez 1977, para ser colocado em Livros e Plaquetaa no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB ,na AMAN em levantamento, para disponibilizá-lo na Internet no sistema do Exército de levantamento do acervo de suas bibliotecas. Trabalho original a propósito do bcentenário da invasao e conquista da ilha de Santa Catarina, por Esquadra Espanhola ao comando do Vice Rei do Rio da Prata General Pedro Ceballos.



(Capa do artigo original na Revista Militar Brasileira jul-dez 1977.p.23-47)

EM TORNO DA FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DA PONTA GROSSA

(Florianópolis — SC)

INTRODUÇÃO

Em 5 de março de 1977 transcorreu o bicentenário da capitulação da ilha de Santa Catarina à Espanha, depois de atacada por poderosa e bem comandada expedição, armada em Cádiz, destinada a varrer os portugueses de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Colônia do Sacramento.

A capitulação teve lugar na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, erigida no extremo noroeste da ilha. Esta capitulação, a de Colônia, logo após, e a da Vila de Rio Grande, em 1763, deram origem a inquéritos e punições conseqüentes, aos militares envolvidos, que cederam ao peso de forças espanholas esmagadoramente superiores. Segundo interpreto, estes inquéritos (ou devassas) procuraram, numa análise isolada dos fatos, bodes expiatórios

Isto para esconder causas mais profundas, em Portugal, resultantes do desprezo e descuido deliberados do fortalecimento militar e excessiva confiança no poder do

engenho e arte de sua diplomacia. Ao falhar esta, Portugal foi invadido e por não dispor de poder militar, suas defesas ruíram ao primeiro embate.

No sul do Brasil, aqueles insucessos, com causas em Portugal, concorreram, no processo punitivo decorrente, para enlamear reputações firmadas de chefes e tropas do Brasil, envolvidos nos mesmos.

Na ilha de Santa Catarina os estigmas de covardia e falta de cumprimento do dever militar ante o invasor, de parte de seus defensores em 1777, pesam, injustamente, na memória local, dentro do pressuposto de que a única atitude militar no caso, seria a resistência a todo custo, passional e não racional.

Estes estigmas atingiram até as fortalezas da ilha, desde a capitulação, condenadas, injustamente, como inúteis e “**mal pensadas**”. Acreditamos que o assunto mereça uma revisão serena. E é este o nosso propósito ao abordarmos o assunto em torno do tema central, a Fortaleza da Ponta Grossa, hoje a mais bela e impressionante atração da ilha, mas, até agora, sem uma história gloriosa que dela esperam os turistas, seja contada. Tudo, conseqüência de estigmas injustos, mesmo após a restauração de fato, da ilha, na soberania portuguesa, em 30 de julho de 1778, há 200 anos, por força do Tratado de Santo Ildefonso, de 1º Out 1778, que definiu o seu destino brasileiro da ilha de Santa Catarina.

Em torno do tema central, o presente ensaio interpretativo abordará: As fortificações históricas da ilha, a partir de 1739, destinadas a transformá-la em poderosa base naval, militar e logística, em apoio às nossas lutas no Sul (1739-1870); a invasão, conquista e dominação espanhola da Ilha em 1777 e a restauração da soberania portuguesa na ilha em 1778.

NOTA DA REDAÇÃO: Ten Cel Eng QEMA — **CLAUDIO MOREIRA BENTO** — Pesquisador da História das Forças Terrestres Brasileiras, teve destacada atuação como membro da Comissão de História do Exército Brasileiro (1971-74). Representou o Exército em várias atividades culturais, ligadas principalmente à História Militar. Sócio da Academia Brasileira de História, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Colaborador assíduo da Revista Militar Brasileira, apresenta, neste número, mais um trabalho sobre nossos Fortes Históricos.

VISITA AS RUINAS DA FORTALEZA SÃO JOSÉ

Ao visitarmos as ruínas da velha fortaleza em 17 Fev 1777, causou-nos admiração e respeito, pela sua majestade e vulto, os sacrifícios enormes dos que a construíram e a guarneceram. Encantamento, pela paisagem de rara beleza que dela se descortina e, alegria a constatação de que a Prefeitura de Florianópolis, procurando atalhar os efeitos do tempo, procede sua recuperação parcial, num louvável ato de preservação para a posteridade, de parte da Memória Nacional.

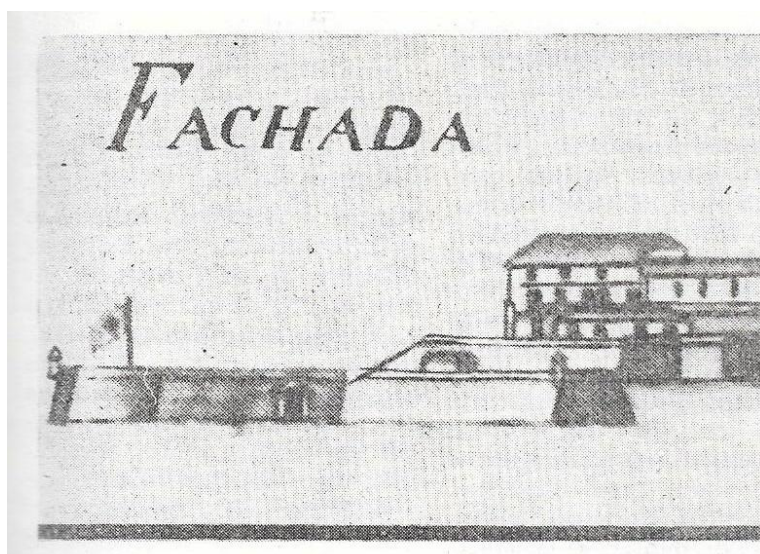
Ao percorrê-la, vieram-nos à mente as perguntas: Qual a verdadeira história desse velho bastião? Quais os dramas, glórias, sacrifícios e Injustiças testemunhados por suas muralhas e paredes de pedra nos últimos 236 anos?

Movidos por esta curiosidade e a propósito do bicentenário, em 1º Out, de 1978, da restauração da ilha de Santa Catarina e definição de seu destino brasileiro, passamos a desvendá-la, recorrendo às melhores fontes sobre o assunto e a trabalhos que já realizamos, relacionados com as guerras no Sul (1763-77).

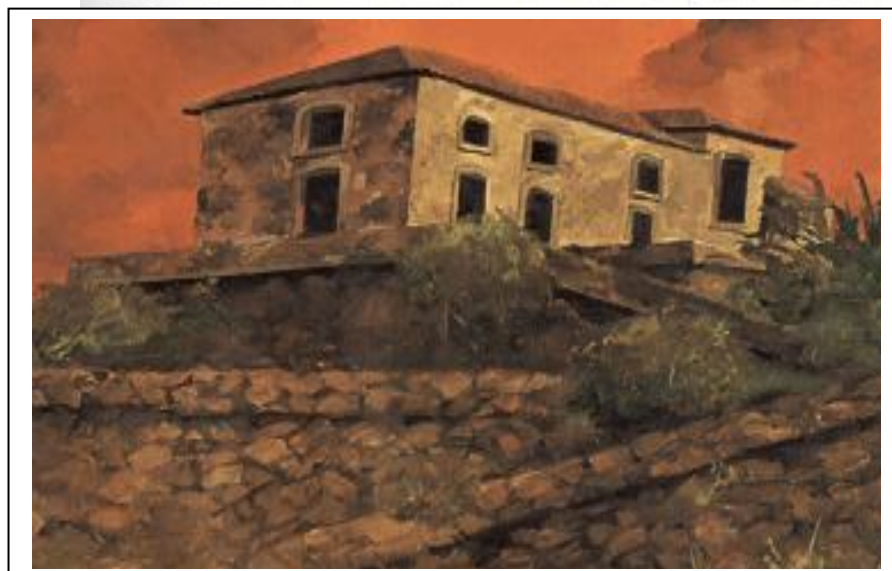
A velha fortaleza é hoje visita obrigatória para o turista que entre na ilha e utilize a confortável rede hoteleira da bela e elegante prata de Canasvieiras, local do desembarque, em 1777, das forças que invadiram a ilha ou, para os que utilizem o “camping”, local da praia Jurerê, contígua à fortaleza e, também, palco do desembarque e ações do invasor contra a fortaleza, a primeira a ser atacada e a única a apresentar resistência contra a esmagadora e potente expedição naval espanhola em 1777.

CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1680, Portugal, com o duplo objetivo econômico e geopolítico, fundou a Colônia do Sacramento, na atual República do Uruguai, defronte Buenos Aires. Objetivo econômico, para partilhar das enormes riquezas carreadas na bacia do Rio da Prata e transportadas de Buenos Aires à Espanha. Objetivo geopolítico, para assegurar e apoiar, naquela posição, a integração, por água, do Centro do Poder do Brasil Colonial, com Mato Grosso, atingido pelos bandeirantes paulistas, no período de União das Coroas de Portugal e Espanha (1580-1640). A reação de Espanha não se fez esperar. Colônia sofreu diversos ataques partidos de Buenos Aires.



Fortaleza de São José da Ponta Grossa na Ilha de Santa Catarina, à entrada norte Foi a única a oferecer resistência à Invasão espanhola, em 1777. Construção iniciada em 1739, seguindo o traço do Brigadeiro José da Silva Paes, fundador de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. São as mais antigas ruínas contemporâneas da fundação portuguesa do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde decorre o seu grande valor histórico (Fonte: CABRAL. As Defesas da Ilha).



Fortaleza São Jose da Ponta Grossa que focalizamos no álbum A História de Brasil através de seu fortes. Porto Alegre: GBOEx, 1982, Trabalho que figura em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br, com o título Fortaleza Brasil,

Mantê-la, a partir do Rio de Janeiro, era tarefa difícil, particularmente após o estabelecimento dos espanhóis em Montevidéu, onde os portugueses tentaram se estabelecer em 1727 e foram desalojados.

Para aproximar o apoio militar que ela necessitava, foi fundada Laguna-SC, em 1688, por vicentinos, e o Presídio de Jesus Maria José em Rio Grande-RS, e mais o forte de São Miguel-Uruguaí, ambos em 1737. A partir de 1722, tropeiros lagunistas já haviam estabelecido contato com Colônia, através do litoral. Antes e depois da fundação do Rio Grande, foram abertos caminhos de tropas de gado, entre o Rio Grande-RS e Sorocaba-SP, que dariam origem, depois às cidades de Vacaria-RS, Lages-SC e Curitiba-PR, entre outras.

A ilha de Santa Catarina apresentava muito boas condições para ser transformada numa base naval, militar e logística, desde que fortificada. Isto, para cerrar ainda mais o apoio à Colônia do Sacramento e ao Rio Grande. Daí a idéia de fortificá-la, defendida pelo General Gomes Freire de Andrade, Capitão-General do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (1733- 1753), ao qual muito devem o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, suas integrações ao território brasileiro.

Em 1738, ano seguinte ao da fundação do Rio Grande do Sul pelo Brigadeiro José da Silva Paes, foi criado o Governo Militar de Santa Catarina, desvinculando a região de São Paulo e subordinando-a ao Rio de Janeiro.

O primeiro governador nomeado, e que assumiu em 1739, foi o Brigadeiro Silva Paes, hoje considerado, com justa razão, o fundador do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Silva Paes mudou o governo de Laguna para a ilha. Transformou-a em centro da vida catarinense. Erigiu igreja, dotou-a de repartições civis, criou e organizou o legendário Regimento de Infantaria da Ilha de Santa Catarina, de tão gloriosas tradições, no Rio Grande do Sul, nas lutas naquela região, de 1737-1821, particularmente nos Sete Povos das Missões. A esta unidade se deve, segundo a tradição, o apelido de “**barrigas verdes**”, transferido, hoje, aos catarinenses, que o ostentam com justificado orgulho e carinho. A maioria de seus primeiros integrantes foram recrutados entre os primeiros povoadores da ilha.

De 1739-41, Silva Paes deu início à construção de 4 fortalezas para transformar a ilha em poderosa base portuguesa detinada a:

— **Impedir a utilização da ilha por navios estrangeiros, para contrabando, pirataria, reabastecimento de lenha e água, refresco das guarnições e ofensas a seus habitantes;**

— **Apoiar as comunicações navais entre o Rio de Janeiro e Santos e as bases militares portuguesas em Rio Grande e Colônia.**

SISTEMA DEFENSIVO INICIAL DA ILHA

Seguindo seu desenho, Silva Paes construiu as seguintes fortalezas: Santa Cruz, São José e Santo Antônio

Finalidade: Fechar a entrada da baía norte. A primeira e, a principal, erigida na ilha Inhatomirim, em 1739, junto ao continente. A segunda, no extremo noroeste da ilha e defronte à primeira. A terceira, mais para o interior, na ilha dos Ratoes (Mato Grande).

No sul da ilha, fechando a entrada da baía sul, erigiu a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

Foi a melhor solução buscada por Silva Paes para construir estas quatro fortalezas. Procurou tirar, na construção das mesmas, o melhor partido do material disponível no local, do terreno, dos ventos dominantes, das correntes, canais e profundidade no interior das baías.

A de São José da Ponta Grossa, situou-a em local elevado, difícil de ser atingida por canhões de navios inimigos de menores calibres e alcances e com limitações de elevação de tiros.

As fortalezas Santa Cruz São José e Santo Antônio na barra norte, em razão da distância entre as mesmas, não podiam triangular seus tiros. Sua eficiência contra forças navais que tentassem penetrar na baía norte, era condicionada ao apoio naval proporcionado por barcos amigos, em ação combinada. Sozinhas pouco valiam contra uma poderosa esquadra naval, transportando forças de terra e mar.

Durante a invasão de 1777, as fortalezas não contaram com apoio naval nem de Infantaria, para auxiliarem na defesa de ataques partidos de terra.

A Divisão Naval de 12 velas, ao comando do Capitão de Mar-e- Guerra Robert Mac Douall da Marinha da Inglaterra e contratado por Portugal, desamparou por completo a ilha, à aproximação da esquadra inimiga. Ao avistar esta, próximo da ilha, buscou refúgio na enseada de Garoupas. Deste local dirigiu-se para o Rio de Janeiro..

Em 19 Fev 76, ao forçar a barra de Rio Grande, Mac Douall sentiu a eficiência de uma fortaleza atuando junto com a esquadilha espanhola que defendia a vila de Rio Grande. Embora superior em forças navais, a conjugação de fogos fortaleza-esquadilha espanholas, impôs-lhe significativas perdas, além de frustrar, naquele dia, o projetado ataque à vila de Rio Grande pelo Exército do Sul, em São José do Norte.

Na ocasião, o próprio barco de onde comandava o combate naval foi atingido pela fortaleza espanhola Nova (e após Triunfo) e posto a pique. Esta ação resultou num insucesso parcial de Mac Douall. Pois, batido parcialmente, conseguiu que sua esquadilha se juntasse à esquadilha do Capitão de Mar-e- Guerra CMG Hard Castie, em São José

Pelo desamparo da ilha em 1777, Mac Douall foi julgado e dispensado do serviço de Portugal. Mais tarde, no comando de um barco de guerra inglês, apresentou-se na barra do Rio de Janeiro em atitude provocadora. Em sua defesa, alegou que desamparou a ilha em obediência a ordens superiores, no sentido de evitar que a única Divisão Naval existente no Brasil fosse destruída ou conquistada pelo inimigo. O fato é que a ilha foi desamparada pela Divisão Naval, seja por iniciativa de Mac Douall, seja por ordem do Vice-Rei, para que não caísse em poder do inimigo. Este fato é importante no julgamento das responsabilidades pela capitulação da ilha em 1777.

SISTEMA DEFENSIVO COMPLEMENTAR DA ILHA

No contexto da Guerra do Sul 1763-77, foram construídas mais duas fortalezas, seguindo projeto do Coronel José Custódio de Sá Farias, representante, mais tarde, dos defensores da Ilha na capitulação de 5 Mar 77. Elas localizaram-se junto da então vila do Desterro.

A de São Francisco, na altura da atual praça Lauro Müller. A de Santana, dominando o estreito, em local, hoje, sob os pilares da ponte Hercílio Luz.

Em 1793, na possibilidade de nova guerra entre Portugal e Espanha, que ocorreria em 1801 e estender-se-ia ao Rio Grande do Sul, foram construídas mais duas fortalezas, segundo o Almirante Lucas Boiteux. A de São José, para cruzar fogos com a de Santana e situada no continente, na altura, hoje, do acesso à ponte Hercílio Luz e, a de Santa Bárbara, no interior da vila, hoje, local da Capitania dos Porto. Ambas dominavam a baía sul Junto ao Estreito.

Existiu também a fortaleza da Lagoa que desapareceu sem deixar vestígios. Sua localização era no sangradouro da Lagoa.

Data do tempo da República a construção da Fortaleza Marechal Moura no extremo sul da ilha, na ponta dos Naufragados e distante 500 metros da fortaleza Nossa Senhora da Conceição.

A fortaleza São José da Ponta Grossa integra o Patrimônio da União, sob jurisdição do Exército, há algum tempo. E é a melhor preservada e, seguramente, as mais antigas ruínas no Sul do Brasil, conservando suas características originais. Daí seu grande valor histórico.

AS FORTALEZAS NA LITERATURA MILITAR BRASILEIRA

Os estudos históricos sobre as fortalezas são escassos na literatura Militar Brasileira. A preservação da história das mesmas tem sido obra do esforço e do amor à terra, de historiadores catarinenses. Inicialmente do Almirante Lucas Boiteux, destacado historiador naval e preservador da memória de nossa Marinha de Guerra. Ultimamente, de parte de Osvaldo Cabral e colaboradores, na obra modelar: **As defesas da Ilha de Santa Catarina**, editada sob o patrocínio do Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Autêntica História Militar da Ilha, nela, seu autor e colaboradores, num trabalho de grande fôlego e paciência, reuniram valiosas fontes primárias para lastrearem ensaios interpretativos. Ensaio que integram pesquisas realizadas principalmente pelos rio-grandenses General João Borges Fortes, Coronel Jonathas Rego Monteiro, Dante de Laytano e Abeillard Barreto, sobre o período 1680-1777. Isto, em razão da estreita ligação dos fatos militares ocorridos naquele período entre Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A própria História do Exército Brasileiro, editada em 1972, registra, em esquema, algumas incorreções sobre a exata localização das fortalezas, ao apoiar-se em **Fortificações do Brasil**, do Coronel Anibal Barreto, excelente aproximação do assunto em escala nacional.

No ano passado, a Comissão Executiva de Alienação de Imóveis do Exército, sob a presidência do General dos Santos Pinheiro e com auxílio do comando do Grupamento do Leste Catarinense, procedeu levantamentos minuciosos para fins patrimoniais, das fortalezas sob a jurisdição do Ministério do Exército. (Nota 1)

NOTA 1 — Demais membros da Comissão: Ten Cel Eng João Silher — Dir. Patr. Maj MB QEMA Waldeck N. de Medeiros — Gab. Ministro. Cap Maurizio Manoel Procópio — Dir. Patr. Ex Dr. Nelson Pecegueiro Cons. Jurídico do Ministério do Exército. (Port. Mi'). Ex. 1632 de 6 nov. 1974).

Referidos levantamentos contribuirão com relevância para a história das mesmas e para a preservação da Memória Militar da Ilha, através de decretos presidenciais baixados que mostram a disposição do Governo e do Exército, de proteger o que delas restou para a posteridade.



Referidos decretos abrangem as fortalezas São Luiz (Decreto 77.377, de 2 Abr 76), Conceição ou Araçatuba (Dec. 78.278, de 18 Ago 76), São João (Dec. 78.278, de 18 Ago 76), Santana (Dec. 78.279, de 17 Ago 76) e Marechal Moura (Dec. 78.279, de 17 Ago 76).

As fortalezas Santa Cruz, Santo Antônio e Santa Bárbara estão sob jurisdição da Marinha.

A fortaleza Marechal Luz data de 1915. Foi inaugurada por Aviso de 24 Dez 1915 do Ministério da Guerra. A fortaleza São Francisco não mais existe. Situava-se no local hole praça Lauro Müller.

A própria **História do Exército Brasileiro**, editada em 1972, registra, em esquema, algumas incorreções sobre a exata localização das fortalezas, ao apoiar-se em **Fortificações do Brasil**, do Coronel Anibal Barreto, excelente aproximação do assunto em escala

Foram de real valia, segundo o relatório, as informações prestadas pelos historiadores Osvaldo Cabral e Davi Carneiro.

Foram encarregados da sindicância o Major José da Costa Monteiro e Tenente Joaquim José Benites Coliães, do Serviço de Engenharia da 5ª RM, no que foram auxiliados pelo Ten. Cel. Waldyr Lopes da Cruz, comandante da Guarnição de Florianópolis. que há muito desenvolvia esforços para esclarecer o domínio do Ministério da Guerra sobre as fortalezas (Fonte: Arq. da Diretoria do Patrimônio do Exército).

Referida sindicância contém aspectos interessantes sobre manobras tentadas para lesar o Patrimônio da União e ação de grupos que dilapidaram o Patrimônio Artístico e Histórico das fortalezas.

O VALOR DEFENSIVO DA FORTALEZA DE SAO JOSÉ

Depois da construção da fortaleza de Santa Cruz, Silva Paes tratou de erigir, em 1740, a de São José da Ponta Grossa, hoje tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e Integrante do Patrimônio da União distribuído ao Exército. Suas plantas baixa e alta estão publicadas na obra citada de Osvaldo Cabral. O Serviço do Patrimônio do Exército, subordinado ao Departamento de Engenharia e Comunicações, possui, em seus arquivos, preciosos documentos e plantas a ela referentes.

Seus canhões de vários tipos e calibres provêm, em sua maior parte, de fortalezas da Bahia, do tempo das guerras holandesas. Alguns são de procedência Inglesa trazendo inscrito o nome do Rei George III.

Entre seus velhos canhões encontra-se um de 1494, anterior ao Descobrimento do Brasil.

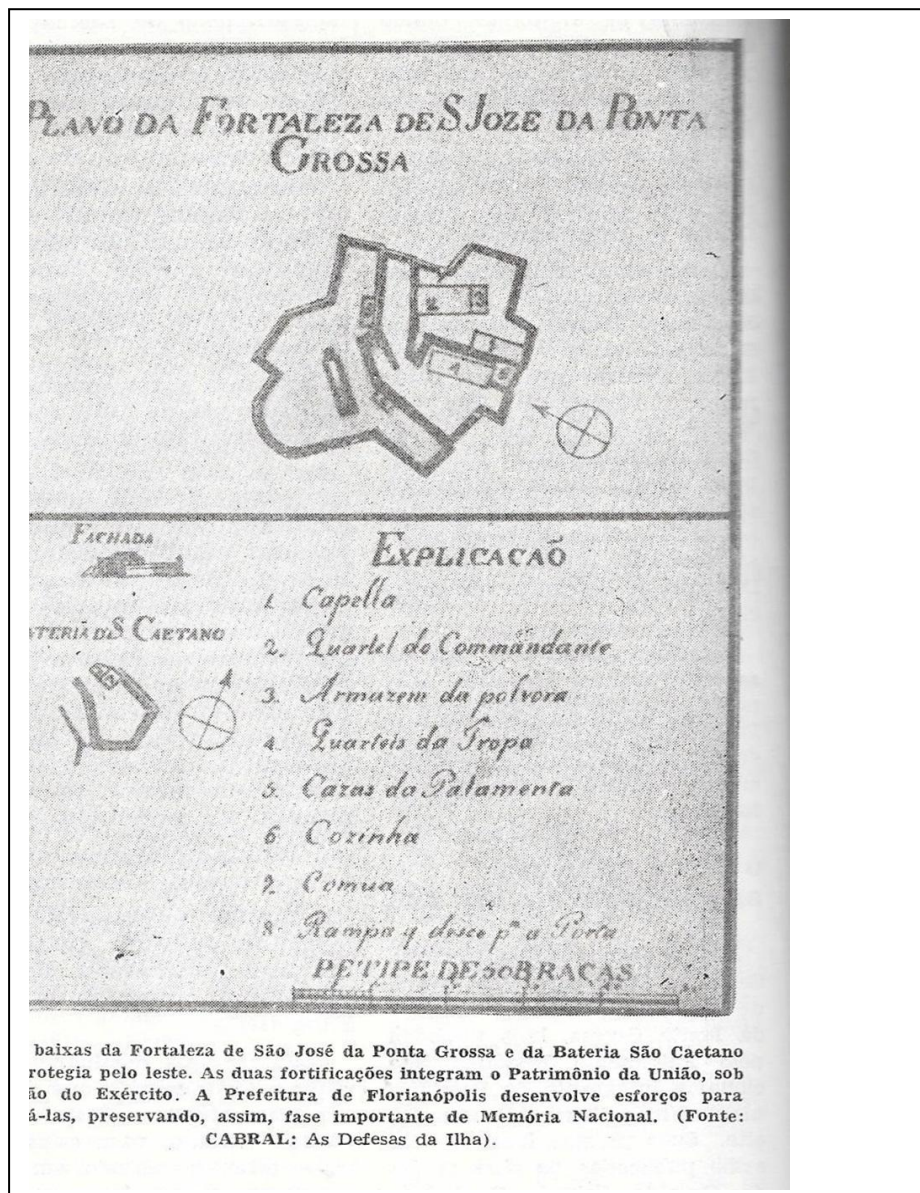
Seu poder de fogo previsto era de 430 libras. Era assegurado por 31 peças de vários calibres e alcances: 7 de 24 libras, 2 de 18, 10 de 12, 7 de 8, 3 de 4 e 2 de 2. Do total, 26 eram peças de ferro e 5 de bronze (4 de 12 libras e 1 de 2). Isto representava pouco menos de metade da potência de fogo da esquadilha naval de 12 velas e 5 fortes portugueses em São José do Norte — RS, em 1º Abr 1776, reconquista aos espanhóis da vila de Rio Grande.

A bateria S. Caetano a oeste do forte possuía 6 canhões. A São José foi erigida na extremidade de serra pedregosa que, após desenvolver-se do sul para o norte, mergulha no mar à sua frente.

Possuía ampla dominância de vistas e fogos sobre o mar, para o norte, noroeste e oeste. Seus canhões voltados para estas direções estavam colocados em dois patamares

superpostos, o que dificultava o tiro conjunto de todas as suas peças. O espaço para recuo dos canhões era compatível. Qualquer embarcação inimiga que tentasse atirar sobre a fortaleza, ao poder fazê-lo, há muito já estaria dentro do alcance eficaz de seus canhões, de maior calibre e alcance. Os canhões navais da época, além de menor calibre e alcance, sofriam limitações de elevação para atirar contra a fortaleza, ao se aproximarem demasiado da mesma, navegando em seus ângulos mortos de tiro. Isto explica os parapetos rasos na frente das peças e os edifícios dispostos em locais elevados, sendo que um deles, de dois andares, servindo duplamente de posto de observação e comando.

Um barco inimigo, ao tentar entrar na baía norte, em razão dos ventos dominantes e do canal na baía, tendia a ser conduzido para o setor de tiro da Fortaleza de Santa Cruz. Ao tentar evitar isto, podia, nas suas manobras a vela, cair no setor de tiro de São José da Ponta Grossa.



A fortaleza, para fazer face a ataques terrestres, possuía boas condições defensivas, desde que apoiada por competente tropa de Infantaria. Ao norte, noroeste e oeste, a defesa, no caso, era assegurada pela grande altura de as muralhas. Pelo leste, era protegida pela bateria São Caetano, com 6 peças, voltada para a praia do Jurerê e,

por uma trincheira de pedra, abaixo da meia encosta da serra e paralela a esta, integrando os flancos da bateria de São Caetano. Vencida esta bateria e muralha, o fosso e muralha da fortaleza, nessa direção, proporcionavam alguma proteção. A sua vulnerabilidade era pelo sul, de altitudes maiores à sua retaguarda, na serra em cuja extremidade foi erigida. Mas o domínio daquelas alturas por uma obra complementar de defesa e, mesmo, por um destacamento de Infantaria de defesa externa, poderia compensar a vulnerabilidade. Sem esta providência, tropa Inimiga que conquistasse aquelas alturas, poderia cercá-la e privar-lhe da água da fonte externa que a abastecia e que até hoje abastece os moradores do local.

Seu portão principal era para oeste, voltado para a baía e, o secundário, a leste, junto à bateria São Caetano, e voltado para a terra.

Por ocasião da invasão em 1777, reconhecimentos inimigos não conseguiram atingir a retaguarda da fortaleza, dado o difícil acesso à mesma pelo leste.

Assim descreveu a tentativa, o Visconde de São Leopoldo:

“A uma hora da noite saiu o quartel-mestre general escoltado por 150 homens ao comando do Coronel D. Vitória de Navia, para reconhecer o caminho para uma elevação que dominava a Fortaleza São José. Recolheu-se, com desengano, por não encontrar mais que uma estreita e entaliscada senda”.

SITUAÇÃO MILITAR EM 1777

Por ocasião da invasão da ilha de Santa Catarina, em 1777, era a seguinte a situação militar no Sul do Brasil.

As melhores tropas do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul encontravam-se na vila de Rio Grande. Esta, reconquistada, em 1.º de abril de 1776, pelo Exército do Sul por elas formado, depois de 13 anos sob domínio da Espanha.

Em Colônia do Sacramento existiam cerca de 1.000 homens de terra e mar. Aquelas praças constituíam a frente de combate e a ilha de Santa Catarina a Zona de Retaguarda, em apoio às mesmas e, base de operações de uma Divisão Naval. Esta para proteger a linha de suprimentos e de comunicações marítimas Rio de Janeiro — Santos — Florianópolis — Rio Grande — Colônia do Sacramento e, por outro lado, para negar a navios espanhóis, o refresco e abastecimento de lenha e água em nosso litoral Sul. Deste modo, a linha de comunicações e suprimento navais da Espanha ao Rio da Prata tornava-se por demais alongada.

Desde 1774, Pombal havia baixado instruções minuciosas para a defesa de Santa Catarina. Elas não foram ou não puderam ser executadas, em tempo, mesmo depois de dois anos, quando soube-se que na Espanha preparava-se poderosa expedição para invadi-la e conquistá-la. Nas instruções mencionadas, o Marquês de Pombal assim via a importância estratégica da ilha:

“Sua manutenção é de suma importância. Na paz defende o litoral sul de contrabandos. Na guerra, priva o inimigo, no litoral sul, dos únicos portos, com profundidade e espaço necessários, ao abrigo, com segurança, de forças navais. Por outro lado, nos possibilita até ancorarmos navios e introduzirmos tropas e munições de guerra e de boca (alimentos) no Rio Grande do Sul, como no presente. Sem a ilha de Santa Catarina, não poderemos manter com facilidade o Rio Grande.”
(paráfrase).

Sobre a importância de apoio naval para a defesa da ilha escreveu:

“A defesa da Ilha de Santa Catarina, como as ações do Exército do Sul, no Rio Grande, não serão bem consolidadas se não forem apoiadas por competente número de naus e fragatas de guerra.”

Pombal sabia que a defesa da ilha não era eficiente, face a um ataque naval Inimigo, sem. dispor de “competente” número de barcos de guerra. E este apoio estaria ausente, em 1777, na Invasão espanhola.

Para executar suas Instruções, determinou Pombal que o Comando Militar da ilha fosse assumido pelo Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Este, solteiro, 45 anos, viera para o Brasil em 1771, no comando do Regimento de Infantaria de Moura e então desviado, por três anos, para governar Minas Gerais, onde realizou simpática administração.

Em carta do Vice-Rei, dizendo que a preservação e defesa da ilha de Santa Catarina era, na época, um dos objetivos mais importantes de Portugal, Furtado de Mendonça recebeu a espinhosa missão de mantê-la, dada em função da **“inteira confiança real na sua prudência, valor e firmeza”**.

No entanto, a realidade era bem outra. O comandante militar da Ilha não era atendido, com oportunidade e quantidade, em seus pedidos feitos ao Vice-Rei. Este não os levava muito em conta., por julgar **“fantasias”** da Corte as possibilidades de um ataque à ilha a partir de Espanha.

O Vice-Rei soube, com cerca de 11 meses de antecedência, que expedição, destinada a atacar a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande, ultimava os preparativos. Recebeu ordens de concentrar o poder militar na ilha e no Rio Grande e defendê-los a todo custo, mesmo que isto resultasse na perda da Colônia.

Na ilha, a notícia de que seria atacada por poderosa esquadra Inimiga, constituída de 119 embarcações mercantes e de guerra, de todos os tamanhos, transportando 15.000 homens de terra e mar, causou grandes preocupações a seus defensores. Em realidade, a expedição espanhola era constituída de 8.194 infantas, dragões e 100 artilheiros, 97 barcos mercantes e 22 barcos de guerra. Estes compreendendo 8 naus com 60 canhões cada, 6 fragatas e 8 galeras (?), formando 3 divisões navais e armados com cerca de 480 canhões.

As forças de terra da expedição eram agrupadas em 4 brigadas de Infantaria a três batalhões, apoiadas por um Regimento de Dragões, 1 Corpo de Artilharia com 70 peças de Artilharia e por Corpos Auxiliares de Intendência e Saúde.

Na Ilha, as tropas disponíveis eram de cerca de 1.800 homens, assim distribuídos:

— Regimento de Infantaria da Ilha, pela metade do efetivo e Integrado por cerca de 400 homens, na maioria degredados do Rio de Janeiro, contando com muitos incapazes, por saúde e idade para o serviço militar.

— Regimento de Infantaria do Porto, pela metade do efetivo e Integrado por cerca de 400 homens.

— Regimento de Infantaria dos Henriques, proveniente de Pernambuco. Constituído por cerca de 700 homens de cor, recrutados bisonhos, em fase de instrução militar e recém chegados.

— Sete companhias de auxiliares incompletas, num total de 400 homens mal armados, recrutados entre os civis da ilha.

— Duas companhias de Artilharia, com cerca de 100 homens, para guarnecer as cinco fortalezas existentes na ilha, quando o efetivo ideal para a tarefa seria de 300 homens. Aqui residia a maior vulnerabilidade do sistema. Esta, agravada, pela insuficiência de guarnições e tropa de Infantaria, para defender as fortalezas contra ataques de terra.

A Divisão Naval que deveria apoiar a defesa da ilha, era constituída de 12 barcos de guerra com 462 canhões. Deles as fragatas “**Glória**” e “**Graça**” haviam tido desempenho brilhante na reconquista da vila de Rio Grande, em 1º Abr 76, ao comando do CMG Hard Castle.

Para tentar minorar a situação angustiante da ilha, foi para ela enviado, três meses antes da invasão o renomado engenheiro, Coronel José Custódio de Sá e Faria, até então com assinalados serviços militares como demarcador, engenheiro e estrategista nas frentes de Mato Grosso, Rio Grande e Santa Catarina de 1750-1776.

Sua chegada impôs maiores dificuldades no processo decisório. Foram abandonados planos em vigor, em benefício da idéia de construção de um núcleo de resistência no Cubatão, elevação no continente, à altura do estreito (onde ergue-se a ponte Herdilio Luz) e voltada para a baía norte. Sá e Faria, na invasão, encontraria na ilha a sua Waterloo, o que abalou por completo sua reputação firmada e aura de intrepidez. O tempo que dispôs foi muito exíguo. Suas Intervenções e observações contribuíram para a. confusão e o desânimo na guarnição e animosidade entre os governadores civil e militar da ilha.

A fortaleza da Ponta Grossa era comandada pelo bravo Capitão Simão Rodrigues Proença, comandante de uma companhia do Regimento da Ilha. na reconquista do Rio Grande. A de Santa Cruz era comandada pelo bravo Capitão Manuel Gonçalves Leão, engenheiro de grandes méritos, delineador, inclusive, da Fortaleza do Rio Pardo e da bicentenária catedral de São Pedro, em Rio Grande/RS, em 1756. O Regimento de Infantaria da Ilha era comandado pelo Ten Cel José da Gama Lobo Coelho.

A INVASAO DA ILHA

Na madrugada de 20 Fev 1777, a Fortaleza de São José da Ponta Grossa avistou a enorme esquadra inimiga encaminhando-se para a praia Canasvieiras. Esta ali chegava ao comando do Almirante Tilly, depois de cerca de três meses de viagem desde Cádiz, com escala na ilha da Trindade. Ela trazia um passageiro ilustre, o 1º Vice-Rei, do recém-criado Vice-Reinado do Rio da Prata, compreendendo, na época, os territórios atuais do Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, e mais os do Rio Grande do Sul e Ilha de Santa Catarina a conquistar..

O Vice-Rei era o General D. Pedro Cevallos que, em 1763, conquistou os fortes portugueses de Santa Tereza, São Miguel e a vila de Rio Grande, depois de conquistar Colônia do Sacramento.

O comandante militar da ilha, avisado, dirigiu-se para a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Dali observou a esquadra iniciar a fundear na enseada da praia Canasvieiras. Durante dois dias a esquadra inimiga permaneceu inativa. Mendonça Furtado visualizou o seguinte plano de emergência: Tentar, com as fortalezas da barra norte, sem o apoio naval imprescindível, dificultar a entrada da esquadra inimiga na baía norte e organizar as defesas de ambos os lados do estreito (onde foram erigidas as pontes atuais).

A notícia da chegada da esquadra, causou o pânico na população. A ausência de apoio naval e mais a de um comando militar único, terminou por atingir o moral das tropas defensoras. As discussões entre os governadores militar e civil, transpiraram dos Conselhos de Guerra, bem como as opiniões do engenheiro Custódio de Sá Farias, **de ser a ilha indefensável sem apoio naval.** Mas, mesmo assim, foram organizadas as defesas.

A 22, a Fortaleza de São José pressentiu que seria atacada e comunicou a Furtado de Mendonça. No dia 23, forças de terra e mar invasoras reconheceram a Fortaleza de São José, não conseguindo atingir sua retaguarda, por ser inacessível.

Um destacamento inimigo marchou ao longo da praia Canasvieira e reconheceu o caminho até a fortaleza. Ainda a noite, uma nau inimiga, o **“Setentrião”**, tentou aproximar-se, em sondagem da fortaleza. Três tiros de canhão disparados por ela obrigaram o barco inimigo a incorporar-se à esquadra. Decidiu, então, Cevallos, atacar a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, por terra.

No dia 25, tropas terrestres marcharam em sua direção, sem nenhuma resistência. O General Cevallos a reconheceu pessoalmente e concluiu estar abandonada. Ao mandar ocupá-la, ela disparou quatro tiros de canhão que causaram confusão, temor e surpresa nos atacantes. Após observá-la melhor, um coronel espanhol dela aproximou-se e intimou-a a rendição. Passado algum tempo sem resposta, concluíram que ela estava abandonada.

São José da Ponta Grossa foi a única a apresentar alguma resistência, através dos seis disparos de seus canhões.

O General Cevallos passou a utilizá-la, desde então, como Posto de Observação e de Comando de suas operações. Sua Guarnição foi juntar-se aos defensores, na vila do Desterro e no Cubatão.

No mesmo dia a Fortaleza de Santa Cruz foi intimada à rendição, sob pena de seus ocupantes serem passados ao fio de espada. Seu comandante pediu um prazo até o dia seguinte. No outro dia Santa Cruz rendeu-se. Permaneceram na fortaleza o bravo Capitão Manoel de Leão, cercado por 2 soldados brancos e 5 negros. Os últimos escaparam, ao lhes ser dada a ordem de prisão, após haverem acompanhado seu comandante até a rendição. Foram juntar-se, no continente, ao restante da guarnição que a abandonara, ao ser decidida a Capitulação.

A Fortaleza de Santo Antônio foi encontrada abandonada. Caíram, assim, as defesas da entrada da barra norte. O General Cevallos intimou toda a ilha a render-se inconclionalmente.

A CAPITULAÇÃO

Foi designado negociador pelos portugueses o Coronel Custódio de Sá Faria; conhecido do General Cevallos desde a demarcação do Tratado de Madrid em 1750 e, depois, o enfrentando durante o ataque frustrado à vila de Rio Grande e reconquista de São José do Norte, todos planejados e dirigidos pelo coronel como Governador do Rio Grande do Sul. Custódio, casado em Portugal, veio sozinho para o Brasil. Em Assunção ligou-se a uma espanhola que lhe deu uma filha. Sentimentalmente envolveu-se com os espanhóis. Alimentava o sonho de reencontrar-se e amparar a filha residente em Assunção e órfã de mãe.

Em 5 de março de 1777, na Fortaleza de São José da Ponta Grossa, o Coronel Custódio de Sá Faria reuniu-se ao General Cevallos e propôs-lhe rendição condicional. Cevallos não aceitou os termos gerais da proposta e impôs uma rendição incondicional. Determinou que toda a tropa seria considerada prisioneira de guerra e que tudo que existisse na Ilha seria patrimônio de Espanha, inclusive os negros em mãos dos portugueses. Deviam ser-lhe entregues todos os livros de registros. Concedeu que os oficiais, com famílias, fossem transportados para o Rio, com a condição de não pegarem em armas contra a Espanha. Reteve o Coronel Custódio de Sá Faria e conseguiu fazer 523 prisioneiros. Ao conhecer os termos da rendição, a maioria dos sargentos e soldados escaparam, com armas na mão, para o continente, em direção de Laguna, Rio Grande do Sul e Lages.

O comandante do Regimento da Ilha rasgou as bandeiras da unidade para não caírem em mãos Inimigas. Um alferes dos Henriques enrolou as bandeiras de sua unidade no corpo e Internou-se no continente, rumo a Pernambuco.

No Rio Grande do Sul chegou rápida a notícia. Seu Governador, conhecendo a extensão do problema, em 15 de março, destacou contingentes para reagrupar os grupos que conseguiram, com armamentos e tudo, escapar de serem aprisionados e transportados como prisioneiros para o Rio da Prata.

Os escravos, em número de 60, que operavam a usina de óleo de baleia na Ponta da Armação, próxima à Fortaleza de Santa Cruz, foram bater no Rio Grande do Sul.

Ameaçada a retaguarda do Exército do Sul, em Rio Grande, seu comandante, General Bohn, determinou a construção, no apertado passo de Itapeba em Torres, no Rio Grande do Sul, do Forte São Diogo das Torres.

As centenas de soldados e sargentos em retirada passaram em Torres e informaram o seguinte:

“— Que a esquadra espanhola permanecera quatro dias inativa, antes de atacar.

— Que neste espaço, um oficial português, que desertara, comunicou a Cevallos que os defensores da ilha estavam fugindo.

— Que ao assinar-se a rendição, o Inimigo mandou embarcações para prendê-los.

— Que nestes termos, eles foram obrigados a abandonar os oficiais e rumar para Laguna, com armas na mão, e depois, aceitaram convite para unirem-se ao Exército do Sul em Rio Grande.

— **Que parte do Regimento do Porto preferiu atingir, por terra, o Rio de Janeiro e Incorporar-se lá, à sua unidade. “**

Os cerca de 1.000 sargentos e soldados que abandonaram a ilha, com armas na mão, a maioria após a capitulação, escaparam do triste destino dos 523 aprisionados, com armas e tudo, mandados para o Peru.

Os “**muitos centos**” que passaram em Torres eram dos regimentos da Ilha e dos Henriques de Pernambuco. Cento e cinqüenta do Regimento do Porto chegaram a Lages ao comando de dois sargentos e em ordem.

Grande parte dos que permaneceram no litoral catarinense foram reagrupados em Laguna e utilizados nas guerrilhas ou, em duas companhias, pelo Tenente Bernardo José Ferreira, mandado com este fim pelo Governador do Rio Grande. Outros, possivelmente, foram incorporados às tropas de São Paulo e Minas Gerais que vinham descendo a Serra Geral, para o Rio Grande.

Os que escaparam do destino de serem prisioneiros de guerra foram aproveitados, na maior parte, com armas e bagagens, no Exército do Sul, ou para guarnecerem o litoral catarinense ou, em guerrilhas do Capitão Cipriano Cardoso Barros Leme, contra grupos de espanhóis que desembarcavam no litoral em busca de alimentos. Aqui, acreditamos haver resgatado o humilhante e injusto estigma que tem pesado sobre estes bravos sargentos e soldados, de covardia, deserção e fuga, em presença do Inimigo.

Mesmo sem seus oficiais, eles tomaram o único caminho digno, após decidida na capitulação o seu aprisionamento. Escaparam, com armas na mão, em grupos liderados por sargentos e se dirigiram para locais onde pudessem ser aproveitados. Impediram que os espanhóis tirassem de Portugal um precioso contingente militar, de cerca de 1.000 homens, com armas e bagagens.

DOMINAÇÃO ESPANHOLA DA ILHA

D. Pedro Cevallos ao tomar posse da ilha tratou de organizar sua administração e defesa. Cerca de duzentos homens de Artilharia, ao comando de um tenente coronel, guarneceram as fortalezas, que passaram a ser assistidas por 4 engenheiros.

A barra da baía norte passou a ser defendida por 4 navios de guerra e a baía sul com 2. Eles deviam atuar em ação combinada com as fortalezas, apoio que fatou aos defensores da ilha, na invasão.

D. Pedro Cevallos permaneceu 23 dias na ilha após a capitulação. No dia 28 de março deixou a ilha com o objetivo de atacar a vila de Rio Grande, onde o aguardava o Exército do Sul e levando o Coronel Custódio de SáFaria, que morreria em Buenos Aires, a serviço da Espanha.

No caminho, por efeito do vento pampeiro, a esquadra espanhola foi dispersada e frustrada sua idéia de atacar a vila de Rio Grande. A seguir D. Pedro Cevallos rumou para Montevidéu.

Depois de algum tempo, seguiu com 7.000 homens para atacar Colônia, defendida por 1.000 portugueses de terra e mar. Em 3 de junho de 1777, Colônia rendeu-se e passou definitivamente para o domínio de Espanha, após 97 anos de acirrada disputa militar e diplomática entre Portugal e Espanha em torno de sua posse.

Os espanhóis começaram a enviar contingentes ao continente para buscar alimentos. Neles levavam negociantes portugueses para comprar gado. A Câmara de Laguna proibiu estas vendas e estabeleceu um posto de fiscalização no Piraquera.

Do sul, o Tenente General Bohn enviou para Laguna o intrépido guerrilheiro paulista, Capitão Cipriano Cardoso de Barros Lime, que se destacara nas guerrilhas contra os espanhóis no Rio Grande, ao lado de Rafael Pinto Bandeira.

O Capitão Cipriano chegou a Laguna em 15 de abril. Logo depois fez 14 prisioneiros espanhóis, em reconhecimento realizado no litoral catarinense. Deles obteve informações das intenções de Cevallos e informou ao comandante do Exército do Sul.

Em abril, o comandante espanhol da ilha intimou Laguna à rendição, sob pena de sujeitá-la às leis da guerra. Em 25 de maio, o Capitão Cipriano destruiu um destacamento espanhol que tentara desembarcar em Vila Nova.

Laguna tornou-se o centro de resistência aos espanhóis na ilha. Em 30 Jun 77, o Vice-Rei determinou que fossem devolvidas e concentradas, em Laguna, todas as tropas da ilha que se dirigiram para o Rio Grande após a capitulação. Nesta situação elas permaneceram até a restauração do domínio português da ilha. Por força de Tratado de Santo Ildefonso.

A RESTAURAÇÃO

Por força do Tratado de Santo Ildefonso de 1.º Out 1777, assinado e confirmado em 11 Mar 1788, a ilha de Santa Catarina foi devolvida a Portugal em 30 de julho 1778. O tratado previu a devolução de material bélico e de prisioneiros feitos na ilha, na invasão.

O domínio espanhol da ilha durou, de fato, um ano, 4 meses e 25 dias e pouco se conhece desse período nas fontes disponíveis. Pelo tratado, Portugal consolidou parcialmente posições que havia conquistado no Rio Grande do Sul, mas perdeu o Sete Povos das Missões e o município atual de Santa Vitória do Palmar, transformado em Campos Neutros e, mais, o território entre os rios Piratini e Jaguarão. Colônia do Sacramento também foi definitivamente perdida.

Na Guerra de 1801, no Rio Grande do Sul, o Brasil incorporou os Sete Povos das Missões e o território entre os rios Piratini e Jaguarão. Posteriormente, até 1821, incorporou outros territórios compreendidos pelo atual município de Santa Vitória e entre os rios Ibicuí e Quaraí.

No limiar da Independência do Brasil, já se havia compensado, territorialmente, as diferenças entre os tratados de Madrid, de 1750 e o de Santo Ildefonso, de 1777.

Nesta expansão, a ilha de Santa Catarina desempenhou um importante papel como base militar, naval e logística, em apoio as operações militares no sul do país.

Nas guerras Cisplatina 1825-28, contra Rosas e Oribe 1851-52 e da Tríplice Aliança contra o Paraguai 1865-70, a ilha continuou a ser importante elo estratégico, entre o

Centro do Poder do Brasil e o Teatro de Operações no Sul. Na Revolução Farroupilha foi base de operações contra a esquadilha naval de Garibaldi, em Laguna. Na Revolução de 1893 e da Revolta na Armada ela foi tomada pelos revolucionários, durante algum tempo.

A DEVASSA

Após a capitulação, o Vice-Rei Marquês do Lavradio mandou apurar as responsabilidades pela perda da Ilha, através de uma Devassa.

Mendonça Furtado, comandante militar da Ilha, segundo Abeillard Barreto, defendeu-se pessoalmente e através de advogado. Suas acusações eram dirigidas a Mac Douall. Foi julgado e absolvido, em 14 de Maio de 1779, por Tribunal no Castelo N.S. da Ajuda, em Lisboa, que ordenou fosse posto em liberdade. Gama Freitas, governador civil, foi julgado e preso.

Mac Douall foi destituído do comando e enviado para Portugal para responder inquérito. Não sofreu punição maior por ser súdito Inglês. Até 1816 pertencia à Marinha da Inglaterra.

O Coronel Custódio de Sá Farias foi isentado de culpa, no caso, pelo Conselho de Justiça, embora muitas acusações dos demais oficiais recaíssem sobre ele. Permaneceu, até morrer, em Buenos Aires, a serviço da Espanha e junto com sua filha espanhola. Possuía valiosas informações geográficas sobre o Brasil, bem aproveitadas pelos espanhóis nas questões de limites com o Brasil.

Os capitães Leão e Proença, respectivamente, comandantes das fortalezas de Santa Cruz e São José da Ponta Grossa, morreram na prisão, O primeiro teve sua honra militar reparada e o segundo não teve a mesma felicidade e sorte, embora tivesse reputação firmada de valor militar.

Os autos da **Devassa sobre a entrega da Ilha de Santa Catarina**, segundo Abeillard Barreto que os compulsou, encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa (Manuscritos do Brasil n.º 21, 1.178 páginas escritas).

É fundamental que sejam explorados no futuro, como importante fonte primária da História Catarinense. Eles esclarecerão muitos pontos importantes sobre as circunstâncias da invasão e capitulação da ilha.

Referidos autos, que traduzem a Justiça dos homens da época, deverão servir de apoio, ao lado de outros documentos, para a Justiça do Tribunal da História que depois de 200 anos se impõe. Como fontes primárias, referidos autos devem ser estudados, um quadro mais amplo.

A ANISTIA

Em 14 de janeiro de 1786, a Rainha D. Maria de Portugal baixou o seguinte decreto de anistia aos oficiais envolvidos na **Devassa** e que transcrevemos em linguagem atual, para melhor entendimento do leitor.

“Submetida à minha consideração, em conformidade com o Decreto de 20 de Agosto de 1777, a sentença do Conselho de Justiça proferida à luz do processo formado sobre o procedimento dos oficiais encarregado do governo, da manutenção e defesa da Ilha de Santa Catarina e, responsáveis pela extraordinária capitulação no Cubatão e, levando em

conta, o conteúdo do processo, sentenças do Conselho de Guerra e Justiça, informações e pareceres sobre tudo que mandei apurar, ordeno:

— Que não seja publicada a sentença do Conselho de Justiça;

— Que o processo, sentenças e informações sejam, antes de qualquer outra providência, recolhidos à Secretaria da Guerra, onde deverão ser guardados no maior segredo e recato, a fim de que todo o assunto de que ele trata, fique em perpétuo esquecimento.

Ordeno, outrossim:

— Que todos os réus com culpa no processo sejam imediatamente soltos nos locais onde se encontrarem, como restituídos seus bens anteriormente seqüestrados;

— Ficam impedidos, para sempre, para o serviço público, Antônio Carlos Furtado de Mendonça e Pedro José da Gama;

— Reformo nos seus postos, atendendo ao largo período em que se acham presos:

— Antonio Freire de Andrade;

— João Ribeiro de Siqueira;

— João de Figuelroa Pinto; Caetano da Silva Sanches e

— Manoel Vieira de Leão.

Ordeno, em atendimento ao longõ tempo de prisão cumprido e mais por não terem participado dos primeiros Conselhos de Guerra e procedido exemplarmente nos postos que guarneciam a ilha, que sejam reformados no posto e com soldo integral:

— Fernando José da Gama Lobo;

— Manuel Godinho de Mira e

— Manuel Nunes Ramalho.

Em razão da unanimidade no processo sobre a inocência, honra, atividade, constância e valor demonstrados por Miguel Gonçalves Leão no cumprimento do dever, -embora após preso, privado de seus bens e falecido Inocente na prisão, ordeno:

— Declará-lo morto;

— Considerá-lo como se estivesse vivo, coma reparação a sua honra e para que seus filhos recebam os soldos vencidos que até a sua morte deixaram de pagar-lhe;

— Sejam restituídos aos seus filhos seus bens seqüestrados e, assegurados aos mesmos, os direitos para se ressarcirem de perdas e danos sofridos;

Que me sejam informados os serviços- prestados de Manoel Leão e, seus filhos, atendidos em seus direitos, como merece a Memória de seu honrado pai.

O Conselho de Guerra assim o entenda e execute prontamente.

Palácio N. 5. da Ajuda, 14 Jan 1786. (Ass: D. Maria 1)"
(Transcrito com adaptações de CABRAL. **Defesas da Ilha**, p. 137)

De todo este processo, apesar de curtir 8 anos de prisão e nela morrer, o bravo Capitão Leão foi o único a ter a honra de soldado reparada.

A ele deve o Rio Grande do Sul, os projetos do Forte Jesus Maria José do Rio Pardo (1754), a "Tranqueira Invicta", da Catedral de São Pedro de Rio Grande-RS, a mais antiga desse Estado, bem como do forte do Tebiquari e povoação anexa, origem da atual cidade de Taquari-RS,

Das devassas pelas perdas de Colônia do Sacramento, Rio Grande e Santa Catarina, o único a ser condenado a morte e executado em Lisboa, em 21 Abr 1768, foi o Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório. Em defesa de sua memória e honra militar, apresentamos em 1975, no Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande nos 1011MB e IHGB, comunicação sob o título: **Em defesa da Memória do Cel de Dragões Thomaz Luiz Osório.**

Em nosso trabalho procuramos, dando continuidade aos esforços, neste sentido, dos seus descendentes Fernando Luis Osório (pai, filho e neto), respectivamente (filho, neto e bisneto) do Marechal Manoel Luiz Osório, proporcionar ao Coronel Thomaz um julgamento sereno, após oferecido ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, em Osório-RS. Em razão de Abeillard Barreto coordenador do Simpósio não o ter aceitado.??

O Capitão Proença, comandante da fortaleza de São José da Ponta Grossa, morreu na prisão. Não foi considerada, no perdão real, sua excelente reputação firmada.

Acreditamos que além dos elementos que apresentamos, a consulta à Devassa mencionada e mais a correspondência do Vice-Rei Marquês do Lavradio, de posse do historiador Marcos Carneiro de Mendonça e, em organização, em seu arquivo no Cosme Velho, venham restabelecer a verdade histórica sobre a invasão, capitulação e restauração da ilha de Santa Catarina, em 1777 e, resgatar, no Tribunal da História, memórias, honras e reputações militares, desde então, injustamente enlameadas, fruto da análise isolada daqueles fatos e não num contexto mais amplo.

PRESERVAÇÃO DA FORTALEZA DE SAO JOSÉ

Acreditamos que depois da Guerra do Paraguai, 1865-70, com a política de erradicação do Exército, para marginalizá-lo da vida política e reduzi-lo à expressão mais simples, com um efetivo de 15.000 homens em 1880, tenha-se determinado, por volta desta data, a desativação e abandono quase centenário da Fortaleza de São José.

Em 16 Ago 1881, o Ministro da Guerra, Barão Homem de Meilo, ilustre historiador, membro do IGHMB e preservador de nossa Memória Militar, expediu o seguinte aviso ao Presidente da Província de Santa Catarina.

“Constando por relatório que a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, achase de todo imprestável, em consequência de haverem particulares derribado os

edifícios ali existentes a até obras de fortificações para fazerem suas propriedades encostadas às baterias, recomendo a V. Excia. que mande proceder contra aqueles indivíduos com todo o rigor das disposições que defendem a propriedade nacional das apropriações clandestinas, responsabilizando-os, pelo valor dos prédios demolidos e outros danos causados”.

Segundo Osvaldo Cabral, nada ficou registrado sobre qualquer providência a respeito.

Em 1976 o Exército conseguiu regularizar a posse sobre a fortaleza e integrá-la ao Patrimônio da União e, assegurar melhores condições, para a sua preservação para a posteridade.

O trabalho de *recuperação* das ruínas prossegue e o esforço para a retirada dos invasores. E, com estas medidas, existe a esperança de que, num esforço conjugado do Grupamento do Leste Catarinense, Governo de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, classes empresariais catarinenses e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que ela seja totalmente restaurada e integrada à Indústria turística brasileira, como museu militar da ilha, parque histórico ou para outra finalidade cultural relevante.

UM SANTO HOMEM

Ao lembrarmos das ruínas da bicentenária capela da fortaleza, sem porta, piso e telhado, com o nicho de S. José vazio e com suas paredes marcadas pela ação secular das intempéries, nosso pensamento se volta para a lembrança de seu capelão, o santo homem padre Luiz Santos Pereira, revelado em pesquisa do caro mestre Dante de Laytano, Presidente da Academia Brasileira de História. Humilde, pobre, cumpriu santamente, a partir de 1779 e durante cerca de 20 anos, naquela soledade, a sua árdua missão sacerdotal, até ser atingido pela cegueira.

Pelo seu comportamento e resignação exemplares e por dele não se **“falar mal”**, seu nome foi omitido da correspondência oficial. Ao assumir seu ministério, não como oficial, passou a vencer o magro salário de meia pataca, normalmente com o atraso de anos, e com o apoio ordenado pelo Vice-Rei, **“uma barra, uma mesa e três ou quatro tamboretas de pau, tudo muito ordinário”**.

É possível que algumas, graças alcançadas e pedidas em oração junto às ruínas de sua velha capela, se devam à Intercessão, junto a São José, do Padre Luis, possivelmente sepultado, no maior anonimato, simplicidade e humildade, no cemitério ao lado da capela, ou mesmo no interior da mesma, como era costume na época.

Antes de finalizarmos este ensaio elevamos nosso pensamento ao alto, em sinal de gratidão aos integrantes da fortaleza durante cerca de 140 anos. Fiéis ao ideal político de Portugal, de Dilatação da Fé e do Império e, após os do Brasil, de preservação dos objetivos de Soberania e Integridade, nela padeceram solidão, saudades, sacrifícios, injustiças, desonra e estigma de falta do cumprimento do dever militar, numa missão impossível, tudo contribuindo, junto com suas glórias e alegrias, para alicerçarem um Brasil gigante, sob Deus, grande legado que hoje desfrutamos.

E finalmente, sendo a História a “mestra dos mestres” ou “mestra da vida”, esperamos que o leitor pesquisador interessado, tire deste ensaio os ensinamentos que ele sugere.

BIBLIOGRAFIA

- BOITEUX. Lucas Alexandre, almirante . Fortificações de Santa Catarina, **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, 17 e 31 Mar e 19 Mal 1957.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues et alli. **As Defesas da Ilha de Santa Catarina**, Rio. CFC — IRGE, 1972.
- CABRAL. Osvaldo Rodrigues. História de Santa Catarina, Florianópolis, ui'sc. 1968.
- CIDADE, F. Paula, *general*. **Lutas no Prata com espanhóis e descendentes**, Rio de Janeiro , Bibliex ,1968.
- COELHO, Manoel Joaquim de. A. Memória Histórica do Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, **Anuário Catarinense**, 1910.
- DIRETORIA DO PATRIMÔNIO DO EXERCITO. **Memórias históricas das fortalezas da ilha de Santa Catarina**, QG do Exército, SMU, Brasília — DE'.
- FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, Editora Globo, 1960.
- FORTES, João, gen. **O Brigadeiro José da Silva Pais e a fundação do Rio Grande**, Porto Alegre, 1933, Separata da Revista do IHGRGS. \
- HISTORIA DO EXERCITO BRASILEIRO (Perfil Militar de um Povo). Rio de Janeiro, EME, 1972, v. 1.
- LAYTANO, Dante de. Corografia da Capitania de Santa Catarina, Revista do IHGB, out/dez 1950. v. 24.
- _____.Os açorianos. **In: Rio Grande Antigo**, Canoas-ES, Ed. Regional, 1954, v. 1, p. 43-73.
- MONTEIRO, Jonathas do Rego, cel. Dominação Espanhola do Rio Grande do Sul, **Revista Militar Brasileira** números 1 a 4, 1935.
- PEREIRA, Carlos da Costa. Acerca da Invasão Espanhola, **In: Revista do IHGSC, 1º semestre, 1945.**
- PINHEIRO, José Feliclano E'. (Visconde de São Leopoldo). Resumo histórico da Província de Santa Catarina, **In: Anais da Província de São Pedro**, Rio de Janeiro , INL, 1946..
- SANTOS, Francisco Ruas, maj. **Coleção Bibliográfica Militar**, Rio de Janeiro , Bibliex, 1960.
- SOUZA JUNIOR, Antônio, ten cel. **Caminhos históricos de invasão**, Rio,de Janeiro: Bbllex, 1950.
- TAUNAY, Aifonso de E. Santa Catarina tempos primeiros e Santa Catarina Colonial, **In: Anais do Museu Paulista**, tomo 4, 1931.

Atualização em 2016

Em 1976-1977 integramos o Estado-Maior do 2º Exército em São Paulo e trabalhamos intensamente nas comemrações do Bicentenário da Reconquista do Rio Grande do Sul aos espanhóis tendo produzido artigos alusivos nos jornais **Rio Grande** de Rio Grande e no **Diário Popular** de Pelotas, na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil em seu nº74 ,as p.189-216 e como sócio do citado Instituto participamos com conferencia no Simposio do Bicentenário da Restauração do Rio Grande do Sul, promovido pelos IHGB-IHGMTB, a qual foi publicada sob o titulo:**A Guerra da Restauração do Rio Grande**,as p.527-553 do nº4 do Anais do Simpósio Comemorativ do Bicentenário da Restauração do Rio Grand do Sul.Rio de Janeiro:IGHMB-IHGB,1979. Assuntos com ligação com a ilha de Santa Catarina,que tambem abordamos na matéria em foco.

Em 1988, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército fomos convidados pelo historiador catarinense Walter F.Piazza para fazer a aba ou orelha esquerda de seu livro

.O Brigadeiro José da Silva Paes.-Estruturador do Brasil Meridional, obra publicada em parceria pelas universidades Federal de Santa Catarina e Universidade do Rio Grande. Em 1996 na Reserva e desenvolvendo o Projeto História do Exército no Rio Grande publicamos o livro **A Guerra da Restauração do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, explorando pela 1ª vez o Relatório em francês do Tenente General Henrique Bohn, Comandante do Exército ao Vice Rei, Relatório para mim traduzido pelo Coronel Professor Ney Paulo Panizutti, meu colega desde 1951 na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Antes em 1994, contratado para escrever a História da 3ª Região Militar pelo seu comandante Gen Div João Carlos Rota, abordamos no v.1 a Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, as p.109-131 sob o título ;A invasão espanhola do Rio Grande Sul em 1763. Abordando A fundação do Forte Santa Tecla, A Rendição de Colônia do Sacramento, A vitória de Monte Grande, o Vice Reino do Brasil no Rio de Janeiro, A invasão do Rio Grande pelo General Pedro Ceballos, A guerra de guerrilhas a estratégia do fraco contra o forte, Barradas as vias de acesso a Porto Alegre, A reconquista de São José do Norte, A invasão do Rio Grande do Sul por D. Vertiz y Salcedo, A vitória de Tabatigai 10jan 1774. Um modelo de ação Retardadora, A guerra de reconquista do Rio Grande do Sul 1774-1774, Objetivos do Exército do Sul. O Exército do Sul, Apoios diversos ao Exército do Sul, A conquista do Forte São Martinho, A conquista do Fortaleza de Santa Tecla, A reconquista da Vila de Rio Grande, O ataque português a Vila de Rio Grande, e as expectativas de uma 3ª invasão espanhola ao Rio Grande do Sul. Os governadores do Rio Grande do Sul durante a Guerra do Sul 1763-1776, Destaco o Brigadeiro Jose Custódio de Sá e Faria. Em 1978 como instrutor de História Militar na AMAN introduzimos um estudo mais aprofundado da Guerra da Restauração do Rio Grande do Sul, até antes de nosso livro citado a Guerra da Restauração era muito pouco conhecido e o Cel Jonathas do Rego Monteiro que a havia abordado na Revista Militar Brasileira sem conhecimento do Relatório do Ten Gen Henrique Bohn , tornou-se fonte rara. Assim introduzimos no livro texto da Cadeira de História Militar História Militar do Brasil. Volta Redonda , 1978 o assunto **Reconquista da Vila de Rio Grande em 1º de abril de 1776** p.38-45 com uma análise militar crítica, à luz dos Fundamentos da Arte e Ciência Militar (Princípios de Guerra e a Manobra e seus elementos).

Em Rio Grande a presença do Brigadeiro José da Silva Pais estava ausente dos museus da cidade e então o Tenente Coronel Art Agostinho Cesar Martins , comandante do "6º Grupo de Artilharia de Campanha Grupo Almirante Tamandare, decidiu na praça defronte sua unidade construir o Memorial Brigadeiro Jose da Silva Paes, com o qual cooperamos em especial com a redação de textos históricos para algumas das vitrines, como presidente e fundador das AHIMTB, IHTRGS e ACANDHIS. E participamos da inauguração Memorial Brigadeiro José da Silva em 18 de Janeiro de 2008. E dentre as vitrines figura a Reconquista da Vila de Rio Grande com nossa interpretação e ilustrações, inclusive alegoria por nós orientada sobre a fundação de Rio Grande



Visão do Memorial Militar Brigadeiro Jose da Silva Paes, inaugurado em 22 de dezembro de 2008. Na foto o autor e a sua esquerda o jornalista Cairo Moreira Pinheiro, coordenador da ACADEMIA CANGUÇUENSE DE HISTÓRIA.

Para complementar este trabalho sobre a ilha de Santa Catarina e o Brigadeiro Sá e Faria, que chegara a ilha antes de sua invasão e declarava que a ilha indefensável sem apoio de uma Força Naval, reproduzo o prefácio a seguir

**PREFACIO AO LIVRO O BRIGADEIRO JOSE CUSTÓDIO DE SÁ FARIA-
DE PORTUGAL A AMÉRICA MERIDIONAL-UMA TRAJETÓRIA A
PUBLICAR**

**DOS AUTORES SARA REGINA POYARES DOS REIS E FRANCISCO
JAVIER CASTIGLIONE**

Coronel Claudio Moreira Bento (X)

Historiador militar brasileiro militante e hoje também jornalista e como filho do Rio Grande do Sul, não poderia deixar passar em branco a História da ilha de Santa Catarina, ligada a fundação do Rio Grande do Sul pelo Brigadeiro José da Silva Paes, sobre o qual fomos honrados, pelo destacado historiador catarinense e confrade Walter F. Piazza, a escrever a orelha ou aba esquerda de seu livro **O Brigadeiro José da Silva Paes – o estruturador do Brasil Meridional**. Florianópolis: Ed. da UFSC. Rio Grande: Ed. da Fundação Universidade do Rio Grande, 1988.

Em 1976 trabalhamos intensamente no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IHGMB), no tema sobre a expulsão dos espanhóis do Rio Grande do Sul, consolidado em nosso livro: **A guerra da Restauração do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

Em 1977, de passagem pela ilha de Santa Catarina, me hospedei com a minha família na praia de Canavieiras. E num longo passeio a pé, nos deparamos com a abandonada Fortaleza de São José da Ponta Grossa, o que nos levou a escrever sobre as fortificações da ilha de Santa Catarina, traduzido em nosso artigo na **Revista Militar Brasileira** nº 1977, jul/dez p. 23/47, intitulado: **Em torno da Fortaleza São José da Ponta Grossa**.

E nossa principal fonte foi a obra do grande historiador catarinense Osvaldo Rodrigues Cabral, **As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. Historiador familiar da historiadora Sara Regina Poyares dos Reis que nos convidou para prefacionar a sua obra e de seu parceiro argentino Francisco Javier Rodrigues intitulada: **O Brigadeiro José Custódio de Sá Farias, de Portugal à América Meridional – uma trajetória**.

O Brigadeiro Sá e Faria personagem meu conhecido que passou a História de Portugal, como uma trajetória de traição a Portugal, depois de conquistada a ilha de Santa Catarina, onde ele se encontrava, e onde foi feito prisioneiro do General D. Pedro Cevalhos em 1777 e levado para Buenos Aires. General. Ceballos que também conquistou, em definitivo, a Colônia de Sacramento e não conseguiu reconquistar a Vila

de Rio Grande, em razão, segundo constou de sua Esquadra haver sofrido um temporal que dispensou suas unidades.

Esta classificação de traidor de Portugal não combinava com a minha visão do Brigadeiro de Sá Farias como Governador do atual Rio Grande do Sul, em 1764 que assim abordamos em conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicada nos **Anais do Simpósio da Restauração do Rio Grande do Sul**, que abordarei a seguir e de meu livro citado **A Restauração do Rio Grande** as p. 24/26 as quais a seguir transcrevo.:

“Fortes do Estreito e Taquari

Em março 1764, o Coronel José Custódio Faria assumiu, em Viamão, o governo do Rio Grande. Imprimiu novo ritmo à guerra a qual estava paralisada..

Em agosto concluiu o Forte São Caetano da Barranca do Estreito. Entregou seu comando ao Capitão Francisco Pinto Bandeira. Referido forte foi reforçado por 4 companhias de paulistas enviadas pelo Governo de São Paulo.

Em Taquari atual, erigiu o Forte do Tebiquari. Junto a ele aldeou deslocados da invasão de 1763.. Com o Forte Tebiquari e o São Caetano cobriu as direções estratégicas, incidindo sobre Viamão: São José do Norte-Viamão e Rio Pardo- Viamão.

O Coronel José Custódio implementou as guerrilhas contra o invasor para a cobertura de Rio Pardo sobre as direções: Missões — Rio Pardo e a de Bagé (atual) — Rio Pardo e a de Rio Grande — Rio Pardo. Para a liderança dessas guerrilhas foram destacados dois oficiais dos Dragões, já referidos, o Capitão Francisco Pinto Bandeira e seu filho Rafael Pinto Bandeira.

“ Assalto frustrado à vila de Rio Grande

Na noite de 28/29 maio 1766, sob a liderança do Tenente Coronel Marcelino de Figueiredo proveniente de Portugal e que assumiu o comando do Forte São Caetano, fracassou a sua tentativa de assalto a vila de Rio Grande. Ventos fortes e cerração dispersaram os barcos com as forças de assalto. Marcelino fora mandado para o Brasil com nome trocado em razão de haver morto em duelo, um oficial inglês. Chama-se Sepulveda.

Tentava-se aproveitar situação favorável, resultante da atração, para o forte do São Gonçalo, Pelotas atual, der contingentes dos Dragões do Rio Pardo e de guerrilhas baseadas na Estância de Luiz Marques de Souza, em Canguçu atual, de forças espanholas da guarnição do Rio Grande. Localizamos as ruínas desta estância, pertencente ao irmão de Manoel Marques de Souza, por sua vez, parente próximo e mais tarde segundo versão não comprovada, padrinho de nosso Almirante Tamandaré e, herói desta guerra..

Reconquista da Margem Norte — contribuição paulista

No dia do fracassado assalto a Rio Grande, os intrépidos capitães Marques de Souza, mencionado, e Cypriano Cardoso, atacaram a base espanhola em São José do Norte. Aprisionaram sua cavalaria e 19 soldados. Em 5 de maio, novo ataque comandado por Marcelino de Figueiredo. O inimigo retirou-se a noite. Na madrugada de 6 de maio, aniversário de D. José I, Portugal ficou senhor da margem norte, há 3 anos em poder de Espanha. Paulistas que reforçaram São Caetano, tiveram destacada atuação nestas ações.

Conseqüências dos ataques a Rio Grande e a Margem Norte(São José do Norte atual)

Estes dois eventos repercutiram negativamente em Portugal. Contrariaram esforços do Marquês de Pombal, junto a Espanha, no sentido de, unidos, pressionarem o Papa a extinguir os jesuítas. Estes responsabilizados pelo fracasso da Demarcação no Sul e Guerra Guaranítica.

Em conseqüência caiu o Vice-Rei, o Coronel José Custódio foi chamado a Lisboa para responder por seu "fogososo desatino", Marcelino foi afastado do Rio Grande. Felizmente, não cumpriu-se ordem de devolver-se São José do Norte."

Ve-se que o Coronel o Sá e Faria demonstrou o seu valor militar como estrategista e conseguiu conquistar e manter São José do Norte, onde, em 1775 o Exército do Sul se organizou para a conquista da Vila de Rio Grande aos espanhóis em 1º de abril de 1776. Creio que não foi a Portugal responder por seu "fogososo desatino" . . E com a queda da ilha de Santa Catarina, seguramente que sua cabeça estivesse a prêmio, como a do Coronel Luiz

Thomas Osório que feito prisioneiro em 1763 pelo General Pedro Ceballos, terminou sendo executado a forca em Portugal, por julgado injustamente culpado pela invasão do Rio Grande em 1763. E creio serviu de bode expiatório de responsabilidades gerais.

Esta foi uma questão, semelhante a do Brigadeiro de Sá e Faria que enfrentei, ao defender no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a memória do citado Coronel de Dragões Thomas Luiz Osório, o comandante da Fortaleza de Santa Tereza, conquistada em 1763 pelo General D. Pedro Cevallos, Governador de Buenos Aires. Personagem que terminou sendo enforcado em Portugal, por conclusões de uma **Devassa sobre a conquista da Vila do Rio Grande pelos espanhóis**.

Penso e repito que ele foi usado como o bode expiatório da citada Devassa. E creio que talvez o então valoroso Brigadeiro de Sá Faria temesse o mesmo destino e para o evitar terminou trabalhando em Buenos Aires, como arquiteto competente, sem pegar em Armas contra Portugal, sendo em consequência promovido a Brigadeiro espanhol. E em Buenos Aires viuvo desde 1755, onde perdeu sua esposa no Terremoto de Lisboa longa data pode viver com sua única filha, fruto de uma ligação como viuvo, com uma mulher solteira..

E contra o que consideravam injustiça ao Coronel Thomas Osório protestaram os seus parentes drs Fernando Luiz Osório, filho e neto, do General Osório, e também seus biógrafos. E com ele também concordava General Francisco de Paula Cidade.

Tentamos apresentar nosso trabalho no Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual ainda não éramos sócios, embora tenhamos contribuído como sócio do Instituto Histórico e Geográfico e História Militar do Brasil, então parceiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com conferência intitulada A Guerra da Restauração do Rio Grande, publicada as p.527/553 do 2º volume dos **Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande do Sul (1776-1976)**, Rio de Janeiro:IGHMB/IHGB.1979.

Mas minha contribuição sobre o Coronel Thomas foi recusada pelo historiador Abeillard Barreto, que coordenava o Simpósio com apoio na citada **Devassa** sobre a invasão do Rio Grande. Inconformado enviei exemplar de minha idéia recusada ao Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório, sob o titulo: Em defesa da Memória do Coronel de Dragões Thomaz Luis Osório. Ele foi um dos primeiros proprietários das terras onde se situa a cidade de Pelotas, onde sua memória é cultuada no Centro de Tradições Gauchas Coronel Thomaz Luiz Osório. E o Engenheiro encarregado da construção da Fortaleza de Santa Tereza rendida a Pedro Ceballos, constava ser ligado a Abeillard Barreto,

Finalmente foi possível expressar meu ponto de vista em meu livro **General Osório o maior herói e líder popular brasileiro.-Bicentenário** Resende -RJ:;IHTRGS/AHIMTB, 2008;

Duvidando da ideia dominante de traição a Portugal, do Brigadeiro Sá Faria a historiadora Sara Regina Poyares dos Reis e seu parceiro Francisco Javier Castiglione, sem apoio financeiro oficial, reviraram céus e terra, na procura de documentos comprobatórios do Brigadeiro José de Sá e Faria não haver traído Portugal. E os dois autores Sara e Javier, ela brasileira e ele argentino e naturais dos países onde o Brigadeiro Sá e Farias viveu grande parte de sua vida, procuram provar que o Brigadeiro de Sá não foi um traidor e sim um herói, impressão que dele guardei ao transcrever neste Prefacio sua valorosa atuação militar como estrategista, contida em nossa em nossa interpretação citada sobre a Guerra do Sul

1774/1776 que culminou com a Restauração do Rio Grande do Sul, depois de cerca de 13 anos de denominação espanhola de cerca de 2/3 do atual Rio Grande do Sul. Restauração concretizada em época coincidente com a Independência dos Estados Unidos da América da Inglaterra.

História é Verdade e Justiça! E é o que os dois autores, com enormes sacrifícios e notável persistência procuram provar e classificar o Brigadeiro Sá Farias como uma das maiores inteligências do século XVIII na América Meridional. E resgataram a desconhecida vida e obra do Brigadeiro Sá Faria, de onde ela se encontrava sob profunda e espessa camada de pátina dos tempos E o fizeram muito bem?

O brigadeiro português e também brigadeiro espanhol por 16 anos, de Sá Faria . depois de ter sido preso em 1777, na conquista da ilha de Santa Catarina pelo Vice Rei do Rio da Prata general Pedro Ceballos e por ele ter sido levado preso para Buenos Aires, talvez quem sabe com o temor de ser executado a força por Portugal, como o fora, o Coronel de Dragões Thomas Luiz Osório.

E uma leitura interessante e valiosa para o historiador e leitor interessados apreenderem novas lições e emitirem suas opiniões com empatia.

Brigadeiro José Custódio de Sá Faria, traidor; ou injustificado?

Penso que ele de igual modo que o Brigadeiro de Sá Faria, o Coronel Thomas Luiz Osório e o Coronel Marcelino de Figueiredo se enquadram nesse pensamento do Padre Antônio Vieira ao ouvir um interlocutor queixar-se de ser vítima de ingratidão de sua pátria. E ouvir como palavras de consolo:

“Se a pátria te foi ingrata, tu fizestes o que devias e ela, o que costuma !.”

E na época em Portugal, o Marques de Pombal exercia um governo absolutista, embora classificado como um déspota esclarecido. E assim cometeu também injustiças com chefes militares, Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação das vidas e obras dos valorosos soldados Marcelino Figueiredo, Thomas Luiz Osório e José Custódio de Sá Farias.

Este livro é muito sério e relevante em termos de demorada pesquisa e valiosas revelações e se constitui uma grande contribuição a historiografia brasileira e argentina, no ano do Bicentenário da Argentina para cujo progresso arquitetônico foi expressiva a contribuição do Engenheiro Militar José Custodio de Sá Faria. Votos de boa receptividade do beneditino trabalho dos autores empenhados em fazer justiça ao seu personagem e comprovar esta consideração que fizeram e com a qual concordo plenamente.

“ A História é uma grande ciência que dá condições de se buscarem horizontes longínquos, a vida de personagens que se tornaram esquecidos e que o historiador os faz viver novamente.”

E os autores conseguiram ressuscitar, a vida obra do soldado, arquiteto, engenheiro, urbanista,,estrategista,administrador, cartógrafo, geógrafo e historiador Brigadeiro José Custódio de Sá Faria, comprovando a afirmação deles transcrita e cuja notável obra arquitetônica se beneficiaram Portugal, Uruguai, Argentina e o Brasil através de suas obras no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

